
OLIVEIRA, Daline Lima de; CORRÊA, Ângelo Alves; SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. *Arqueologia e Etno-História na “Terra Dos Cariris”, no Sul do Ceará, Brasil*. *CLIO Arqueológica*, V40 N2, p. 32-63, 2025.
<https://doi.org/10.51359/2448-2331.2025.267747>

**ARQUEOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA NA “TERRA DOS CARIRIS”,
NO SUL DO CEARÁ, BRASIL**

**ARCHAEOLOGY AND ETHNO-HISTORY IN THE “LAND OF THE CARIRI”,
IN SOUTHERN CEARÁ, BRAZIL**

Daline Lima de Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0002-9900-0830> / daline.bs@hotmail.com

Ângelo Alves Corrêa²

<https://orcid.org/0000-0002-7268-2341> / angelo@ufpi.edu.br

Valdeci dos Santos Júnior³

<https://orcid.org/0000-0002-5314-4943> / valdecisantosjr@hotmail.com

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

² Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil

³ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda dados etno-históricos e pesquisas arqueológicas referentes à denominação “Terra dos Cariris”, que permanece até os dias atuais na área da Bacia Sedimentar do Araripe, no sul do Ceará. Foram realizadas pesquisas bibliográficas em fontes primárias e secundárias, com o objetivo de caracterizar a relação dessa região com os grupos indígenas denominados “Cariri”. O confronto entre os dados etno-históricos e os resultados de pesquisas arqueológicas evidencia um quadro complexo dos processos pretéritos de ocupação humana na paisagem local. Observou-se que, apesar dos diversos processos de colonização voltados à exclusão étnica e social, à ocupação de terras e à subjugação cultural, a região ainda é chamada de “Terra dos Cariris”, preservando a memória por meio da resistência Cariri, que continua ativa.

Palavras-chave: Arqueologia, História indígena, Bacia Sedimentar do Araripe – CE.

ABSTRACT

This article addresses ethnohistorical data and archaeological research related to the designation “Land of the Cariris,” which persists to this day in the Araripe Sedimentary Basin, southern Ceará. Bibliographic research was conducted using primary and secondary sources to characterize the relationship between this region and the indigenous groups known as the Cariri. The comparison between ethnohistorical data and archaeological findings reveals a complex picture of past human occupation processes in the local landscape. It was observed that, despite the various colonization strategies aimed at ethnic and social exclusion, land occupation, and cultural subjugation, the region is still referred to as the “Land of the Cariris,” preserving its memory through the ongoing Cariri resistance.

Keywords: Archaeology, Indigenous history, Araripe Sedimentary Basin – CE.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo aborda a questão indígena no contexto do processo histórico de ocupação da microrregião de Brejo Santo, localizada na Bacia Sedimentar do Araripe, no Estado do Ceará. Trata-se de uma tarefa bastante “espinhosa”, tendo em vista a quantidade de informações generalizadas provenientes de fontes primárias e secundárias. Para se ter uma ideia do grau de generalização, já em 1931 o pesquisador Carlos Studart Filho lamentava a dificuldade de efetuar classificações preliminares diante do grande número de denominações aleatórias e genéricas empregadas para tratar da história dos grupos indígenas no Estado cearense.

E que em taes documentos raro aparece especificado o nome de uma cabilda, sendo commum encontrarem-se nelles o termo generico **tapuias** para significar hordas zês e **carirys** e a palavra índio para designar os selvícolas pertencentes ao grupo tupi. Outro facto que concorre para dificultar a tarefa dos que desejam recompôr em todos seus detalhes a historia dos indigenas cearenses, é andarem as noticias, que a elles se referem, tão esparsas que só a custa de ingentes trabalhos pode, alguém aproveita-las covenientemente (STUDART FILHO, 1931: 53).

Studart Filho (1931:54) explicava que essas dificuldades estavam relacionadas à impossibilidade de demarcar com exatidão os espaços territoriais desses grupos indígenas durante os períodos colonial e imperial brasileiros, em razão de sua alta mobilidade. Essa mobilidade, como é sabido, constituiu uma estratégia imposta pelas adversidades trazidas pela colonização não indígena, obrigando os grupos a abandonarem seus territórios tradicionais para escapar dos conflitos bélicos e das doenças contagiosas.

Um fator que talvez explique a ausência de delimitações precisas dos deslocamentos é o baixo número de pesquisas acadêmicas aprofundadas com fontes primárias sobre os indígenas do Ceará nesses períodos. Além disso, é preciso considerar que as relações bélicas dominaram o contato entre indígenas e não indígenas nos primeiros séculos da colonização, reduzindo a precisão das denominações étnicas e ampliando a indefinição dos contornos do mapa étnico-ameríndio do Ceará (GIRÃO, 1987).

Outro fator que dificulta compreender em detalhes a inserção espacial dos grupos indígenas no Ceará está relacionado à tentativa inicial de divisão dos povos indígenas do Nordeste brasileiro a partir da dualidade entre os indígenas do interior, denominados Tapuia, e os do litoral, genericamente Tupi. Essa dualidade foi amplamente utilizada até meados do século XX no Brasil, mas não encontra mais qualquer respaldo entre os pesquisadores brasileiros contemporâneos (PUNTONI, 2000).

Nesse sentido, torna-se necessário contextualizar que as populações Tupi litorâneas tiveram uma aproximação inicial direta com os colonizadores europeus, amplamente documentada, enquanto os grupos indígenas interioranos não dispuseram, nos séculos iniciais da colonização, de documentação equivalente. Ficou, assim, marcada uma divisão entre os indígenas falantes de línguas Tupi-Guarani e aqueles que falavam outras línguas não reconhecidas como Tupi. Estes últimos foram genericamente denominados Tapuias, entre os quais se incluem grupos atualmente vinculados ao tronco Macro-Jê, composto por diversas famílias linguísticas.

Essa divisão das populações indígenas levou a uma separação geográfica incorreta entre os grupos, ou seja, Tupi no litoral e povos de línguas não Tupi no interior. Contudo, pesquisas arqueológicas vêm desconstruindo paulatinamente essa dicotomia geográfica. Nesse processo, a transdisciplinaridade tem se mostrado fundamental, visto que “a arqueologia enquanto história indígena” requer o diálogo com outras áreas do conhecimento, tais como “a linguística histórica, a antropologia, a etnografia e a etno-história”, que possibilitam “a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança” (CORRÊA, 2013: 27).

Os vestígios arqueológicos identificados em pesquisas acadêmicas e preventivas realizadas desde o século XIX, tanto na faixa litorânea quanto no interior do Nordeste brasileiro, indicam alternâncias cronológicas de ocupações pretéritas desses espaços por grupos indígenas diferenciados, tanto no período colonial quanto no pré-colonial (CORRÊA, 2013; OLIVEIRA, 2000; ETCHEVARNE, 1992).

Notadamente, em relação ao estado cearense, as dicotomias Tupi/Tapuia e litoral/interior não se aplicam, haja vista que se tem evidenciado um processo de alternância de territórios (NOBRE, 2013). Para os períodos mais recuados, atestados pela presença de sítios arqueológicos com pinturas rupestres e indústrias líticas, observa-se a atuação de povos com línguas e culturas ainda não completamente conhecidas. A partir do século XVII, a documentação histórica registra predominantemente a presença de populações falantes de línguas Jê e de outras línguas pouco documentadas, muitas das quais passaram por um intenso processo de apagamento ao longo dos séculos. No entanto, a resiliência e a resistência dos que se autodenominam Cariri permanecem evidentes até os dias atuais, refletindo a luta contínua pela preservação de sua identidade cultural e histórica.

Devido à multiplicidade de dados etnográficos, geográficos e cronológicos relacionados às ocupações indígenas, esta pesquisa dedicou-se às referências bibliográficas (primárias e secundárias) que se relacionam às ocupações na Bacia Sedimentar do Araripe. Buscou-se, assim, apresentar o

processo de ocupação da microrregião de Brejo Santo, conhecida, no Estado do Ceará, como “Terra dos Cariris” ou “Região do Cariri”.

DENOMINAÇÃO E LÍNGUA “CARIRI, KARIRI OU KIRIRI”

Talvez o primeiro a empregar um termo referente a Cariri tenha sido o padre Fernão Cardim, em sua obra *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ao denominar um grupo como “Cariu”. No relato sobre “a origem dos índios do Brasil e de seus costumes e cerimônias” — escrito entre 1583 e 1598 e publicado inicialmente em 1625, em língua inglesa —, o autor menciona:

Outros que vivem para a parte do sertão da Bahia que chamão Guayaná, têm língua por si. Outros pelo mesmo sertão, que chamão Taicuyá vivem em casas, têm outra língua. Outros no mesmo sertão, que **chamão Cariri** (55), têm língua diferente: estas tres nações e seus vizinhos são amigos dos Portuguezes (CARDIM, 1925: 176, grifo nosso).

Elias Herckman, em 1634, na obra *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, também menciona o termo “Cariry” ao se referir aos indígenas Tapuia do Nordeste do Brasil:

Os Tapuyas formam um povo que habita no interior para o lado do occidente sobre os montes e em sua vizinhança, em logares que são os limites os mais afastados das capitánias ora occupadas pelos brancos, assim neerlandezes como portugueses. Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente (*dwers van*) a Pernambuco, são os *Cariryys*, cujo rei se chama Kerioukeiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos *Caririwasys*, e o seu rei é *Karupoto*. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Careryjouws (Carijós?) (HERCKMAN, 1886: 279).

Os cronistas holandeses — Laet, Barlaeus, Marcgrave, Elias Herckman e Roulox Baro —, no século XVII, registraram suas impressões sobre as populações não Tupi, chamadas por eles de “Tapuias” ou “Cariris”. O padre Martinho de Nantes, que chegou ao Brasil em 1671 e seguiu inicialmente “para uma aldeia a setenta léguas de Pernambuco, localizada numa nação de indígenas denominados cariris”, prosseguiu viagem acompanhado de um jovem Cariri, mencionando que, ao saber “que havia no rio S. Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma nação, resolvi transferir-me para lá” (NANTES, 1979: 1-2).

Puntoni (2000) menciona obras raras de temática religiosa e gramatical publicadas entre o século XVII e o início do século XVIII, referentes aos dialetos “Kariri” ou “Kiriri”. Mamiani publicou, em 1698, na cidade de Lisboa, o *Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasília da Naçam Kiriri*, no dialeto dzubucua, e, em 1699, a *Arte de Gramática da Língua Brasília da Naçam Kiriri* (dialeto

Quipea). Bernardo de Nantes publicou, em 1707, também em Lisboa, o Katecismo Indico da Língua Kariri, no dialeto dzubucua.

A dificuldade enfrentada pelos missionários no aprendizado das variedades linguísticas de populações não Tupi talvez explique, em parte, as distinções terminológicas mantidas, durante séculos, entre os grupos indígenas situados na região interiorana do país. Ao aprovar a publicação da Arte da Gramática Kiriri, de Mamiani, em 1697, o padre da Companhia de Jesus João Mattheus Faletto evidencia essa dificuldade ao mencionar: “admirei o engenho do Autor em reduzir com tal clareza, & e diftinação a regras certas, & próprias hü a língua não fo por fi mefma, mas pelo modo bárbaro, & fechado, que ufam os naturaes em a pronuciar, muito mais difficultofa” (MAMIANI, 1699: 13).

Fica patente, na bibliografia, o número reduzido de informações sobre as línguas faladas pelos povos Cariri, o que dificulta sua classificação. Oficialmente, não existe uma família linguística Kariri; entretanto, há estudos que indicam que o Kariri (ou Kiriri) seria “uma língua extinta outrora falada no Nordeste brasileiro”, mas que, “apesar da inexistência, até o momento, de comparações lexicais aprofundadas, estudos recentes têm revelado casos muito interessantes de afinidades gramaticais entre o Karirí e línguas do tronco Macro-Jê” (RIBEIRO, 2002: 29-30).

Aryon Dall’Igna Rodrigues era um defensor dessa afinidade e afirmava: “desde 1970 tenho considerado o Karirí como uma das 12 famílias linguísticas que podem ser atribuídas ao tronco linguístico Macro-Jê” (RODRIGUES, 2019: 48). Entretanto, mesmo esse pesquisador reconhecia as dificuldades em segregar as semelhanças fonéticas entre as diversas parcelas Cariri do passado, inclusive entre os povos indígenas (tidos como Cariri) que ocuparam o sul do Ceará. Conforme o autor:

Sobre os Karirí ao norte do Rio São Francisco não há dados linguísticos, de modo que é difícil, senão impossível, para o linguista identificar outros povos indígenas como falantes de uma das línguas Karirí documentadas ou de outras línguas da mesma família genética destas. Os Karirís Velhos da Paraíba, junto aos quais os capuchinhos franceses iniciaram sua ação missionária em meados do século XVII, deviam ser afins dos que habitavam as ilhas do Rio São Francisco, para os quais se transferiu frei Martinho de Nantes depois de ter atuado oito meses entre os primeiros (Edelweiss 39). Mas para os Cariris Novos do sul do Ceará só temos essa designação, que não implica necessariamente afinidade linguística com os outros Karirí (RODRIGUES, 2019: 50).

A partir de informações provenientes de fontes primárias e secundárias, é possível contextualizar que os grupos tidos como “Cariri”, “Kariri” ou “Kiriri” habitavam determinadas áreas das margens do rio São Francisco, na divisa entre os estados da Bahia e de Pernambuco, bem como a Serra da Borborema, no estado da Paraíba, e a Bacia Sedimentar do Araripe, no sul do Ceará. Para

alguns desses grupos, é possível apontar, como mencionado por Rodrigues (2019), uma relação com uma língua específica e com franca ligação aos povos Jê.

ORIGEM E ESPACIALIDADE DOS “CARIRI, KARIRI OU KIRIRI”

A dificuldade em determinar a origem dos grupos indígenas tidos como “Cariri”, “Kariri” ou “Kiriri” não se restringe apenas ao fator linguístico, mas envolve, sobretudo, aspectos relacionados às suas raízes antropológicas. Isso fica explícito na observação de Pompeu Sobrinho (1950: 317): “pouco conhecemos das particularidades somáticas dos extintos índios dessa nação”. O autor menciona (sem apresentar as fontes) que os domínios dos “Cariri” se limitavam ao sul do Ceará, “especialmente ao vale do rio Salgado e à zona fresca do vale que tomou a denominação tribal”, sendo estes originários de migrações vindas do rio São Francisco, “de onde se disseminaram para o norte e para o sul, indo senhorear os melhores trechos da Borborema, dos sertões ocidentais de Pernambuco e do sul do Ceará” (POMPEU SOBRINHO, 1950: 318-322).

Muitas fontes descrevem a localização de grupos indígenas tidos como “Cariri” nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e no sul do Ceará, ou nas proximidades dessas regiões, durante o período colonial brasileiro. O padre Nantes (1979: 40) menciona a presença de indígenas Cariri na Paraíba, em 1670, ao relatar que “dois dias depois chegou da missão o reverendo padre Teodoro de Lucé, que estava na nação dos cáriris, na Paraíba, havia já cerca de quinze meses”. O autor cita ainda uma aldeia de indígenas Cariri com “grande número de índios que se continham nos limites da lei natural, entre outros o capitão da aldeia de ‘Uracappa’”. O pesquisador Barbosa Lima Sobrinho, em nota explicativa sobre a aldeia de Uracappa, indica que esta se localizava em uma ilha do rio São Francisco, próxima aos atuais municípios de Cabrobó e Orocó, no estado de Pernambuco, que fazem divisa com a Bahia:

É uma ilha do rio S. Francisco, que Halfeld descreve na légua 278, o que vale dizer a cento e quatro léguas da barra do rio, a quatro léguas do arraial de Nossa Senhora da Assunção, na ilha da Assunção. No Roteiro de 1738, publicado por José Antônio Gonçalves de Melo, traçado ao longo do vale do Ipojuca, Aracapá se situa a seis léguas de Cabrobó e a dez léguas de Coripós e a uma légua de Orocó (NANTES, 1979: 112).

Abreu (1998: 23) adota a mesma postura espacial ao se referir aos “Cariri”, quando menciona sua presença “pelo menos na Bahia e na antiga capitania de Pernambuco já ocupavam a beira-mar quando chegaram os portadores da língua geral”. O francês Saint-Adolphe (1845:196) faz uma distinção geográfica quando fala do termo “Cariri”:

Cairiris. Índios d'uma numerosa tribu, que vivião em toda a serra ou cordilheira Borborêma, quando se fez o descobrimento do Brazil. Chamão-nos hoje os Cairiris-Velhos, Cairiris e Cairiris-Novos, segundo o lugar que habitão e o tempo em que forão conhecidos. Os que o são d'ha mais tempo, ou Cairiris-Velhos, vivião nas serras que reúnem a provincia de Parahiba com a de Pernambuco, e a aldea d'elles, conhecida com o nome de Cairiri, tomou o titulo de villa do Pilar. Outros Índios da mesma nação se forão successivamente descobrindo, á proporção que os Portuguezes se forão entranhando nesta cordilheira. Os que forão achados na provincia de Pernambuco conservarão o simples nome de Cairiris, e os da provincia de Ceará receberão o de Cairiris-Novos. São estes Índios em geral feios, rolhos e refeitos do corpo, com cabellos negros e bastos. Vivem de caça, e dos fruetos das arvores, especialemente de diversas espécies de cocos. Os mais civilizados semeão milho, e cultivão os algodoeiros.

Cabe aqui fazer uma distinção temporal e geográfica, quanto à espacialidade dos grupos indígenas tidos como “Cariris-Novos”, “Cariris-Velhos” e “Cairiris”:

I – Cariris-Novos: Grande serra que faz parte da cordilheira Borborêma, e serve de limite á provincia de Ceará no districto de Crato, e ás provincias do Rio-Grande-do-Norte, e de Parahiba. Existe nella ainda uma aldea de índios. Esta serva depende do districto do Villanova-do-Principe da provincia do Rio-Grande-do-Norte.;

II – Cariris-Velhos: Serra altíssima da provincia de Pernambuco; estende-se d'oeste a este entre os rios Parahiba e capibaribe, que d'ella nascem bem como o rio Ipojuca. Foi nesta serra que os Portuguezes encontrão os primeiros índios Cairiris, e d'abi vem que Ibes derão o sobreappellido de Velhos quando depararão com novas tribus da mesma nação;

III – Cairiris: Grande serra da cordilheira Borborêma onde os Portuguezes penetrarão successivamente. Corre esta serra do oeste para o norte, junto á margem esquerda do rio de São-Francisco, na provincia de Pernambuco. Veio-lhe este nome da tribu de Índios que nella residia, e que ainda ali tem uma aldea onde vivem em socego. Achão-se nesta serra vários animaes petrificados, conchas e ossos de extraordinária dimensão (SAINT-ADOLPHE, 1845: 196 – 197).

Studart Filho (1965: 60) afirma que “o domínio dos Cariris foi, assim, devassado e nêle se criaram várias missões católicas [...] surgiram as do Rio São Francisco, onde assistiam capuchinhos franceses enviados ao Brasil em 1656, por D. João IV”, mostrando a presença das missões religiosas junto aos indígenas Cariri na Bahia e em Pernambuco. Pompeu Sobrinho (1947: 168) menciona que, no século XVII, os Cariri “habitavam o enorme território nordestino do Brasil que se estendia das regiões meridionais do Ceará (vale do Cariri e adjacências) ao centro-norte da Bahia, ao sul do rio São Francisco”.

A partir dessas menções historiográficas sobre as espacialidades de grupos indígenas identificados como “Cariri” em diferentes áreas do Nordeste brasileiro, passamos agora a observar as referências historiográficas específicas aos Cariri no sul do Ceará.

GRUPOS INDÍGENAS NAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS SOBRE O SUL DO CEARÁ

Na Bacia Sedimentar do Araripe existe uma área geográfica popularmente conhecida como “zona fresca do vale” ou “Vale do Cariri”, um contexto ambiental com mais de quatro mil km², localizada no sul do Ceará. Essa área abrange os atuais municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri. A Serra do Araripe constitui um marco natural, onde nasce o rio Salgado, principal curso d’água da região, que percorre 308 km até desaguar no rio Jaguaribe (SRHE, 2010).

Ainda não se sabe exatamente há quanto tempo essa região foi ocupada por grupos humanos. As pesquisas arqueológicas com datações absolutas e relativas são recentes na região, mas já indicam cronologias que variam desde mais de três mil anos antes do presente até o século XIV da nossa era. Além dos dados temporais fornecidos pela arqueologia, é possível analisar a presença indígena com base na documentação escrita disponível, tanto em fontes primárias quanto secundárias. Segundo Albuquerque (2002: 69), “a capitania do Ceará permaneceu sob domínio indígena até por volta do fim do século XVII, quando passou a ser, de forma intensa e definitiva, ocupada — ou, em outros termos, invadida — por colonos europeus e luso-brasileiros”. Esse processo evidencia a complexidade das interações entre povos originários e colonizadores, permitindo reflexões mais amplas sobre os impactos socioculturais desse contato ao longo do tempo.

Na documentação histórica, observam-se menções bibliográficas referentes aos grupos indígenas existentes no sul da capitania do Ceará, abrangendo a Bacia Sedimentar do Araripe, entre os séculos XVII e XIX, incluindo suas possíveis localizações geográficas.

Dessa forma, os grupos indígenas intitulados como Cariri (ou Kariri), Cariú (ou Kariú), Calabaça, Icó, Icozinho (ou Ikozinho) e Choco (ou Xocó) são os mais citados nas fontes referentes às margens do rio Salgado e de seus afluentes, assim como para o Vale do Cariri, na parte sul da capitania do Ceará, entre os séculos XVII e XIX. Possivelmente, o uso generalizado do termo “Cariri” na região sul do Ceará contribuiu para a consolidação da tradição oral de denominar a área como “Terra dos Kariris”.

O rio Salgado e seus tributários (rios dos Bastiões, Carás, Jucá e Cariús) predominam nas fontes bibliográficas como marcos para a localização dos grupos (Tabela 1). É necessário destacar que as indicações bibliográficas sobre a localização desses grupos indígenas refletem a situação de mobilidade imposta a eles pelo violento processo de colonização, o que produziu distorções, como duplicidades de denominações e de lugares, dificultando o mapeamento que aqui se pretende realizar.

Tabela 1: Menções bibliográficas sobre a presença de grupos indígenas no sul da Capitania do Ceará entre os séculos XVIII e XIX

Grupo Indígena	Citação bibliográfica	Citação mais antigas	
		Localização	Data
Icô e Ikozinho	Théberge (1864)	Rio Salgado	Século XVII
	Araripe (1867)	Pouco abaixo do Rio Cariu	1660, 1680
	Studart Filho (1962)	Margens direitas do Rio Salgado	1694
	Nimueandajú (1944)	Rio Salgado	1762
Jucá	Araripe (1867)	Vale do Rio Jucá	Final do século XVII
	Theberg (1864)	Riacho Jucá	Final do século XVII
	Nimuendajú (1944)	Riacho Jucá	1723
	Leite Neto (2006)	Região dos Inhamuns (Arneiroz).	1780
Calabaça ou Kalabaça	Théberge (1864)	Rio Salgado	1660, 1670
	Araripe (1867)	Ribeira do Rio Salgado	Final do século XVII
	Nimuendaju (1944)	Rio Salgado	Final do século XVII
	Studart Filho (1962)	Margens do Rio Salgado	Início do século XVIII
	Leite Neto (2006)	Margens do Rio Salgado	Final do século XVII
	Oliveira (2017)	Ribeira do Rio Salgado	1722, 1739
Cariú ou Kariu	Théberge (1864)	Riacho Cariú e Rio Bastiões	1660, 1670
	Araripe (1867)	Entre o Rio Salgado e o Rio Cariú	1660
	Studart Filho (1962)	Margens da Ribeira do Rio Cariú	1708
	Nimueandajú (1944)	Sul do Ceará	1761
	Leite Neto (2006)	Margens das ribeiras do Rio Cariú	1708
	Oliveira (2017)	Ribeira do Rio Salgado	1704, 1713, 1720
Chocó ou Xocó	Nimuendaju (1944)	Rio Salgado	1802
	Leite Neto (2006)	Termo de Jardim, hoje cidade de Jardim	1839
	Studart Filho (1962)	Sul do Ceará	1838
Cariri ou Kariri	Théberge (1864)	Missão Velha e Crato – Serra do Araripe e parte do distrito do Crato	1660, 1670
	Araripe (1867)	Sul do Ceará	1660
	Nimuendaju (1944)	Barbalha, Missão Velha e Missão Nova	1780, 1876
	Studart Filho (1962)	Barbalha, Missão Velha e Missão Nova	1700
	Leite Neto (2006)	Sul do Ceará	Final do século XVII
	Oliveira (2017)	Sul do Ceará	Final do século XVII
Quipipau	Théberge (1864)	Riacho dos Porcos – Sul do Ceará	1842

Fontes: Oliveira (2017); Leite Neto (2006); Nimuendaju (1944); Studart Filho (1962); Araripe (1867); Theberg (1864).

O que se pode constatar com maior grau de confiabilidade é a recorrência de citações, em fontes primárias e secundárias, acerca da existência desses grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVII, XVIII e XIX.

Com base nas informações bibliográficas, foi possível elaborar uma carta etno-histórica referente à espacialidade dos grupos indígenas nessa região no período mencionado, considerando as menções de posicionamento associadas à hidrografia. É oportuno destacar que as inserções na carta etno-histórica (Figura 1) abrangem dados relativos aos três séculos citados. Assim, o mapa não representa cada século individualmente, mas reúne informações cumulativas referentes ao conjunto temporal analisado.

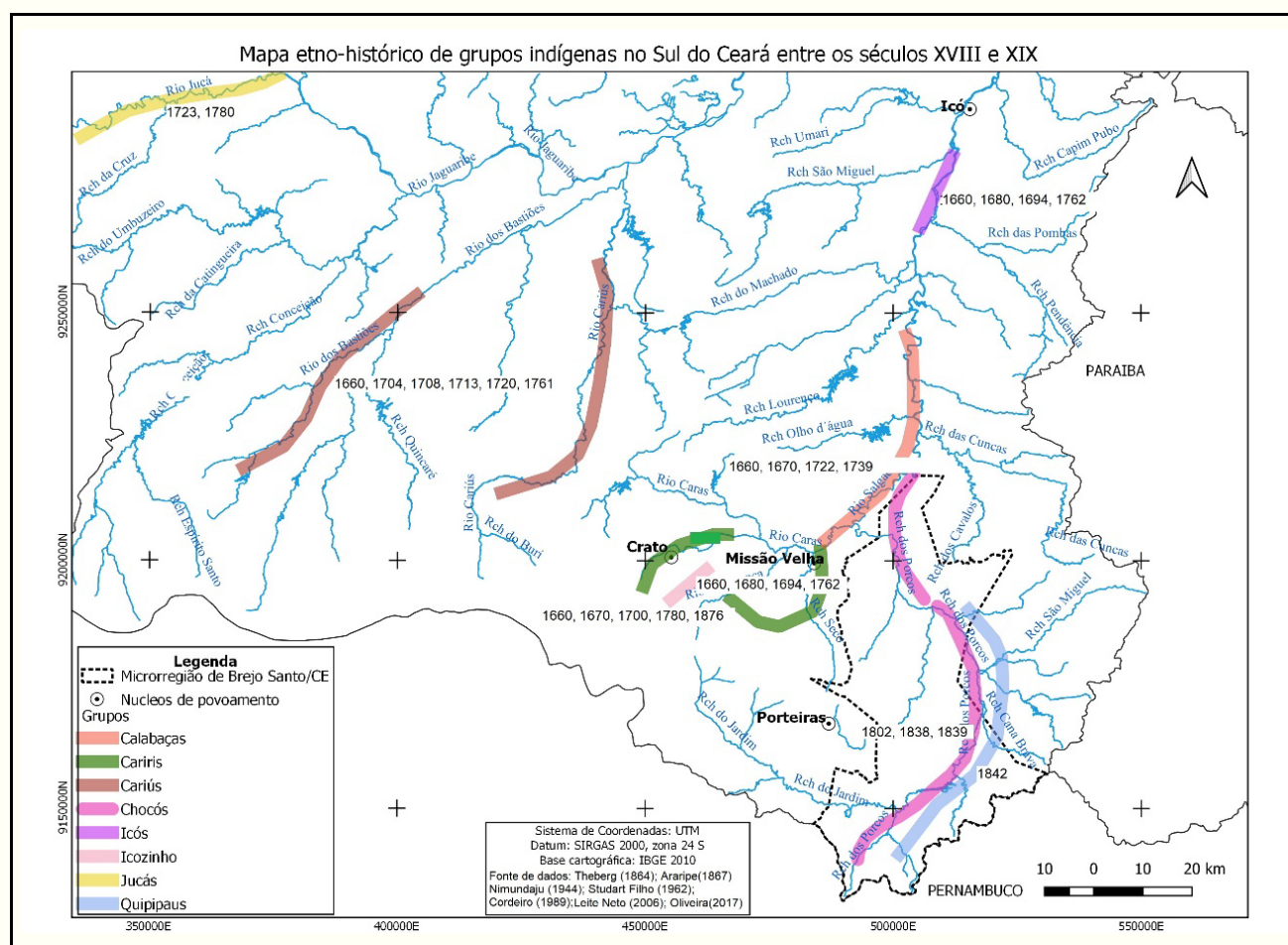


Figura 1: Carta etno-histórica de grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVIII e XIX.
Fonte: Oliveira (2021: 129); atualizado em 2025.

A partir dessas observações, foi possível constatar que a maior parte das referências bibliográficas sobre os grupos indígenas Cariri e Calabaça indica sua presença nas proximidades da cachoeira de Missão Velha (atual município de Missão Velha) ou no aldeamento do Miranda (atual município do Crato), sempre em associação ao rio Salgado e a seus tributários. Outros grupos indígenas amplamente mencionados são os Cariú (situados às margens dos rios Cariú e dos Bastiões), os Jucá

(no rio Jucá) e os Icó (também no rio Salgado, mas já próximos ao início do rio Jaguaribe, nas proximidades do atual município de Icó).

Entretanto, a partir de meados do século XVII e início do século XVIII, o domínio indígena no sul da capitania do Ceará começou a se alterar com a apropriação das terras pelos colonizadores portugueses.

A COLONIZAÇÃO NÃO INDÍGENA: IMPACTO E INFORMAÇÃO SOBRE OS INDÍGENAS

As primeiras concessões de datas de sesmarias na Bacia Sedimentar do Araripe datam de 1688, mas, aparentemente, os sesmeiros não efetivaram de imediato a posse de suas terras. Contudo, antes da ocupação efetiva dessas primeiras sesmarias, já havia se iniciado o combate aos indígenas Kariri da região, com o objetivo de tomar suas terras:

Quando o capitão-mor Plácido Azevedo Falcão, em dezembro de 1700, acompanhou o Padre João de Matos Serra, prefeito das Missões ao interior dos Sertões, para reduzir os Icó e Xixiró nos sertões do Icó, Médio Jaguaribe, intensificavam-se os embates entre os Kariri e os conquistadores nas fronteiras dos Cariris Novos. Daquele momento em diante, propagaram-se de forma rápida as expedições militares e as missões para os afluentes do Jaguaribe, especialmente para o Salgado e Riacho dos Porcos. Por todas as primeiras décadas do século XVIII, as autoridades coloniais buscaram mecanismos para enfrentar a resistência dos inúmeros nativos que habitavam aquelas ribeiras, em especial os de nações Icó e Kariri (OLIVEIRA, 2017: 125).

Pinheiro (2010: 19) menciona que “em fevereiro de 1702, Gil de Miranda e Antônio Mendes Lobato obtiveram do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro terras, desde Várzea das Crioulas até Emboscadas e Cachoeira, já no Cariri”. Em janeiro de 1703, são concedidas cartas de sesmarias a Manuel Rodrigues Ariosa e Manuel Carneiro da Cunha e, em março do mesmo ano, a Bento Correia de Lima e João Dantas Aranha:

Nº 79 – Ao capitão Manuel Carneiro da Cunha e ao Capitão Manuel Rodrigues Ariosa, três léguas de terras para cada um, nas cabeceiras do Rio Salgado, começando da Cachoeira dos Cariris, da parte de dentro, pelo riacho acima, até entestar com o fim da lagoa dos Cariris. Concedida em 12 de Janeiro de 1703, pelo capitão-mór Jorge de Barros Leite.

Nº 83 – A Bento Correia de Lima e Simão Correia de Lima, no riacho Quimami, (dos Porcos), na testada do coronel Antônio Farias da Piedade, três léguas para cada um. A petição foi deferida por não terem os primitivos sesmeiros que requereram as terras em 1688, efetuado a posse respectiva, segundo despacho (ALVES, 1945: 18).

Como já se sabia que haveria resistência indígena, em 1708 saiu uma expedição militar para combater diversos grupos, com “o capitão Bernardo Coelho com gente armada para destruir as tribos dos Icó, Cariris, Cariús, Caratiús e outras confederadas” (ARARIPE, 1867: 26).

Leite Neto (2006) destaca que, nesse período inicial de povoamento das terras localizadas no vale do Cariri, “um grupo de forasteiros, composto por quatrocentos homens armados, invadiu aquelas terras, saqueando fazendas e espalhando terror entre moradores”, o que levou ao “levante dos índios Icó e Cariri”. O ocorrido foi entendido como um risco ao processo de povoamento, e, por isso, foi realizada a intervenção “do coronel João de Barros Braga, que submeteu os índios rebelados ao regime das missões”, sendo eles forçados a se aldearem em terras um pouco mais distantes das áreas exploradas pelos colonos (LEITE NETO, 2006: 80).

Visando concretizar o processo de ocupação das terras e atenuar a resistência indígena, em 1763 foi realizada a divisão administrativa da Capitania do Ceará em quatro freguesias: Ceará, Acaraú, Jaguaribe e Icó. A porção sul da capitania ficou vinculada à Freguesia de Icó, surgindo, então, as missões religiosas de Nossa Senhora da Penha da Real Vila do Crato, administrada por padres capuchinhos, e a Aldeia dos Cariri (Missão Velha). Esse período marca a criação das primeiras vilas, já havendo menções à Vila do Crato:

As primeiras villas creadas foram a Fortaleza e o Aquiras na época de 1700 a 1713; depois vemos, que 50 annos mais tarde já existiam como villas no centro do paiz Ico, e Quixeramobim, e nas partes limitrofes, e mais arredadas da costa Villa-viçosa, e Crato [...] (ARARIPE, 1867: 4).

Conforme as informações presentes no documento Descrição de Pernambuco com parte da sua história e legislação até o Governo de D. Marcos de Noronha em 1746 e mais alguns documentos até 1758, existiam nove aldeamentos em todo o Ceará. Entre eles, destacava-se a aldeia de Miranda, ou Aldeia do Brejo Grande, posteriormente denominada Missão do Miranda ou Missão dos Cariris Novos, correspondente à atual cidade do Crato. Esse aldeamento tornou-se freguesia em 1762, vinculada ao distrito da Vila do Icó (nos Cariris Novos), abrangendo as seguintes “nações de Tapuius”: Quichexêu (Quixéreus), Careus (Carius), Carveanê (Cariuanês), Calabaça e Icozinho (JUCÁ NETO et al., 2014: 30-31). Já é possível observar a instalação oficial da Vila do Crato em um mapa topográfico de 1766 (Figura 2), evidenciando sua vinculação direta com os indígenas Cariri.

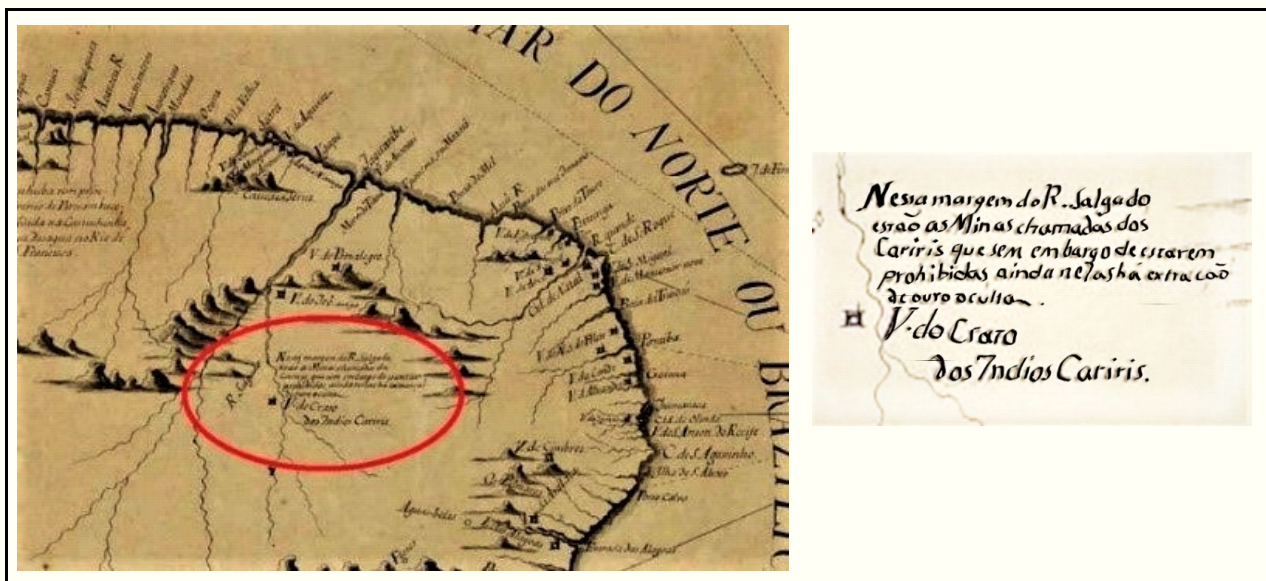


Figura 2: Detalhe (círculo em vermelho) sul do Ceará (B); detalhe de localização espacial da Vila do Crato dos indígenas Cariri (C). Fonte: Fonseca (1766). Adaptado pelos autores.

Inicialmente, as aldeias indígenas foram transformadas em vilas e povoados por meio dos alvarás do Marquês de Pombal, emitidos em 1757 para o Estado do Grão-Pará e Maranhão e estendidos, em 1758, ao Estado do Brasil. Entre outras medidas, tais alvarás incentivaram a intensificação da presença de colonos brancos, autorizaram o casamento entre brancos e indígenas e determinaram a “substituição da autoridade do missionário pela autoridade dos ocupantes dos cargos e dos colonos, imposta por normas legais” (SILVA, 2003: 87-88). Essas ações alteraram profundamente a situação dos aldeamentos indígenas no sul do Ceará:

faltando-lhes os padres, começaram esses indígenas a deixar as aldeias, e a causar damno na lavoura, e no gado dos colonos; pelo que foram em 1780 passados para Baturité e Almofala em virtude de ordem do governador de Pernambuco, executada pelo ouvidor da comarca Dias Barros. Os indígenas do Cariri, que puderam escapar á essa emigração forçada, buscaram as brenhas além da serra do Araripe, d'onde não volveram mais (ARARIPE, 1867: 28 – 29).

A transferência dos indígenas de seus locais de origem foi largamente utilizada como método de desmobilização e controle das populações aldeadas, da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. Com relação aos indígenas do sul do Ceará, em 1780, a pedido dos colonos, ocorreu o deslocamento forçado dos Jucá, de Arneiroz, e dos Cariú, da Vila do Crato, para a Vila de Arronches, em Fortaleza, sob o argumento de que “a presença desses índios era incompatível com o processo de civilização em curso na Vila do Crato” (LEITE NETO, 2006: 151).

Como decorrência desse processo, já em 1783, antes mesmo do final do século XVIII, não existiam mais informações oficiais sobre aldeias ou vilas de indígenas na região do Cariri (SILVA, 2003). Em 1814, o então governador da Capitania Independente do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes, escreveu um relato acerca da origem toponímica do Crato, denominado “Caririz Novos”, evidenciando, ainda, os motivos pelos quais os grupos humanos do passado ocupavam a região:

Antigamente chamava-se a esta povoação Caririz Novos, como ainda hoje muitas vezes se intitula todo o seu districto, aonde habitavão os índios da nação Calabaça: está situada na margem do Rio Salgado, distante trinta e seis legoas da villa do Icó para o sul e cento e deseseis da capital para leste. Tem mais de trinta legoas de comprido e algumas grandes povoações, como são as de Missão Velha, Jardim e Milagres (MENEZES, 1897: 48).

Com o Regulamento das Missões de 1845 e a Lei das Terras (1850), ocorre a integração forçada dos indígenas à sociedade colonizadora no Ceará, restando apenas resquícios das vilas indígenas, que foram sendo gradualmente extintas. Por ocasião da instalação da Assembleia Provincial do Ceará, em 9 de outubro de 1863, observa-se no relatório que “já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Pitaguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o restante constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba” (MAIA, 2014: 112).

Outro fator que talvez explique esse “desaparecimento” historiográfico dos indígenas no sul do Ceará é o processo de inclusão desses descendentes indígenas sob a denominação de “caboclos”. Nesse sentido, Oliveira (2016: 206-207) aborda o conceito de “índios misturados” a partir de uma política colonialista de submissão indígena, na qual a participação das missões religiosas incorporava ao Estado colonial português os “índios mansos” em uma primeira “mistura”; em seguida, o “Diretório dos Índios” estimulava “os casamentos interétnicos e a fixação de colonos brancos dentro dos limites dos antigos aldeamentos”, configurando uma segunda “mistura”; e, finalmente, com a Lei de Terras de 1850, inicia-se “um movimento de regularização das propriedades rurais”, no qual “os governos provinciais vão, sucessivamente, declarando extintos os antigos aldeamentos indígenas e incorporando seus terrenos a comarcas e municípios em formação”.

Para se ter uma ideia desse processo, o Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872, realizado pela Diretoria Geral de Estatística, registrou as “raças” como “brancos”, “pardos”, “pretos” e “caboclos”, não havendo, portanto, menção à categoria “indígena” (BRASIL, 1872). Mesmo diante dos deslocamentos forçados e dos consequentes “desaparecimentos” de grupos indígenas identificados como “Cariri” — assim como de outros povos

da região —, o sul do Ceará continuou a ser conhecido popularmente como “Cariri”, como se observa em mapas anteriores ao recenseamento populacional de 1872 (Figura 3).



Figura 3: Recorte do mapa da Província do Ceará, mostrando o sul do estado e a expressão “Cariri”. A linha tracejada em azul indica parte do percurso do Rio Salgado.

Fonte: Carta *chorographica* da Província do Ceará, Theberge (1861). Adaptado.

Em meados do século XIX, ainda surgiam notícias esporádicas relativas aos indígenas no sul do Ceará: “No anno de 1860 Manoel José de Sousa, do termo de Milagres, aldeou os restos a uma antiga tribu dos indios Chocós, em número de 28, que erravam, perseguidos, entre os limites das provincias de Pernambuco, Parahyba e Ceará” (FIGUEREDO JÚNIOR, 1863: 19).

Nesse sentido, não bastava apenas viabilizar, a qualquer custo, o processo de colonização das terras indígenas no sul do Ceará; era também necessário, assim como ocorreu em outras regiões cearenses, implementar uma política de “apagamento”, seja no sentido físico ou cultural, das etnias indígenas locais, por meio de armas ou de políticas específicas, a partir do século XVII, com o objetivo de suprimir o papel do indígena na história regional.

Indígenas Cariri no Século XXI na “Terra dos Kariris”

Até a década de 1970, era comum a ideia de que não existiam mais comunidades indígenas no Ceará. Nesse período, iniciou-se a luta dos povos Tapeba e Tremembé, com o apoio de diversas instituições — como a Igreja Católica, as Pastorais Sociais, a Arquidiocese de Fortaleza, ONGs e

universidades — em busca do reconhecimento enquanto povos indígenas. Em seguida, os Pitaguary e os Jenipapo-Kanindé juntaram-se à luta, passando a reivindicar junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a demarcação de suas terras e o reconhecimento étnico.

Essa mobilização resultou no reconhecimento das terras do povo Tapeba, em 1985; dos Tremembé, em 1986; dos Pitaguary, em 1993; e dos Jenipapo-Kanindé, em 1995. Posteriormente, a FUNAI deu início aos processos de identificação das terras dos Kanindé, em 2001; dos Anacé, Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuya, Tremembé de Queimadas e Barra do Mundaú, em 2003; e dos Kalabaça e Tapuya-Kariri, em 2007.

Em 2022, o governo brasileiro reconhecia oficialmente 16 etnias indígenas em território cearense, distribuídas em 18 municípios, além da presença de pessoas que se autodeclararam indígenas em 173 municípios do estado. De acordo com a entidade institucional ADELCO (2022):

O Ceará possui 56.353 pessoas indígenas, o que equivale a 3,33% do total de indígenas do Brasil e a 10,66% do total da região Nordeste. Com isso, o estado ocupa o 9º lugar entre as Unidades da Federação em termos de população originária. O número no estado em 2022 é quase o triplo do registrado no Censo de 2010, quando 20.697 pessoas se autodeclararam indígenas (aumento de 2,72 vezes). A população indígena está presente em 173 dos 184 municípios cearenses (94% do total), e representa 0,64% da população residente no estado. Os cinco municípios cearenses que possuem mais indígenas são, respectivamente: Caucaia (17.628 indígenas); Itarema (5.115); Maracanaú (5.111); Fortaleza (4.948) e Monsenhor Tabosa (4.861).

Com relação à região do “Vale do Cariri”, apenas uma comunidade indígena luta pelo seu reconhecimento junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI): trata-se da comunidade de Poço Dantas, localizada no distrito de Monte Alverne, no município do Crato. Essa comunidade abriga cerca de cinquenta famílias que se autodenominam “Kariri”. Em 2008, ocorreu o primeiro encontro dos indígenas Kariri para a definição de um estatuto com o objetivo de criar uma associação comunitária. A iniciativa partiu do representante indígena da comunidade Rosa Kariri, Elias Kariri da Silva, que congregou os comunitários:

Estou vendo esse reconhecimento como uma forma de valorização do meu povo. É necessário para os benefícios chegarem na comunidade de Poço Dantas, onde há muitas famílias de índios. Minha tia, Nilza Kariri, 72 anos, é uma das mais antigas. Ela sempre falava muito dos nossos costumes. Somos Kariri através do meu pai. Estamos resgatando a cultura para o reconhecimento agora. Então, tem muita gente agora que quer ser índio Kariri (DIÁRIO DO NORDESTE, edição de 05 setembro 2008).

Melo (2017) analisa que os Cariri que permaneceram na região do Vale do Cariri foram invisibilizados por muito tempo; alguns, inclusive, alteraram seus sobrenomes para evitar o preconceito e as repressões. Contudo, “em sua consciência, ainda que tênue, eram Cariri”.

Durante muitos anos essa identidade ficou silenciada, temendo represálias e constrangimentos que associavam ao “ser índio” uma cultura atrasada, em estágio de evolução menor ou simplesmente selvagem. A emergência das questões ambientais e indígenas no Brasil da década de 1980 deu o subsídio necessário para a emergência também do orgulho de ser Cariri para os membros do grupo étnico do Sítio Poço Dantas, que vai eclodir somente na década de 2010, quando a comunidade foi visitada por uma índia militante do sul do Brasil. E com ela renasceu o desejo de existir como grupo social (MELO 2017: 194-195).

A luta pelo reconhecimento da comunidade continua. Em 2019, ocorreu o I Seminário Nacional Povos Indígenas do Cariri Cearense, promovido pela Universidade Regional do Cariri (URCA), durante o qual foi ministrada a palestra “A presença indígena no Ceará contemporâneo”, com as lideranças Teresa Kariri (Kariri de Crateús) e Rosa Kariri (Kariri do Poço Dantas – Crato). Essa mobilização surtiu efeito e, atualmente (2025), os povos identificados como Kariri já são reconhecidos oficialmente nos municípios do Crato, Brejo Santo, Crateús e São Benedito, constando nos mapas de presença indígena em território cearense (Figura 4).

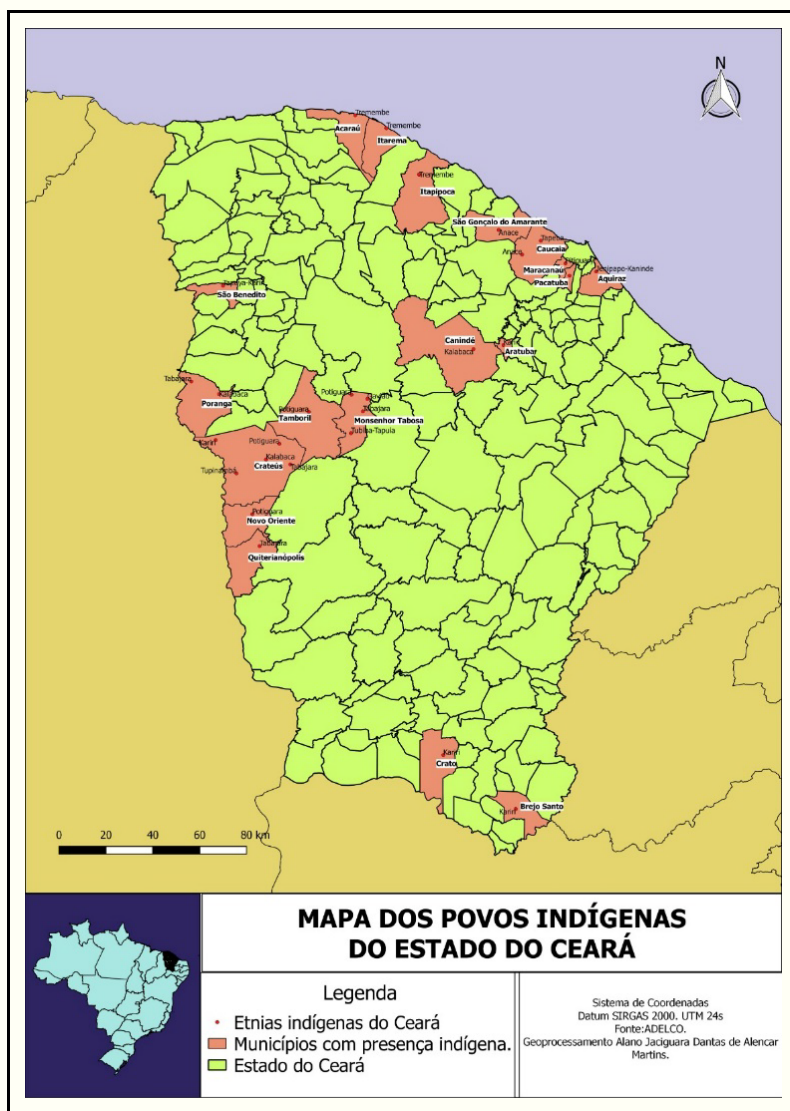


Figura 4: Mapa identificando a localização de povos indígenas no Ceará contemporâneo (2025) com a presença de povos Kariri nos municípios de Aratuba, Crato, Brejo Santo, Crateús e São Benedito. Fonte: ADELCO (2022). Adaptado.

Ou seja, a comunidade indígena local permanece ativa e em resistência (Figuras 5 a 8), buscando manter e reafirmar a denominação “Terra dos Kariris” para parte da Bacia Sedimentar do Araripe, da seguinte forma:

a nação Kariri assim como outras não foram passivas aos obstáculos impostos pela sociedade não-índia. Apesar das adversidades, jamais deixaram de resistir e existir. Presos nos aldeamentos, mantendo alianças com os não-índios ou errando pelas florestas, o sentimento de pertença a seus territórios e de querer retomá-los nunca cessou, isto porque, as complexas relações e experiências vividas com os adventícios lhe proporcionaram vários dispositivos de resistências, cujo elemento mais importante foi a luta pela preservação de sua memória (OLIVEIRA, 2016: 285).



Figuras 5 e 6: Dança do Toré realizada na comunidade do Poço Dantas pelos Kariri em 2020.
Fonte: Oliveira (2021: 71).



Figuras 7 e 8: Rosa Cariri (representante da Aldeia Cariri do Poço Dantas), exibindo orgulhosamente a sua carteira de identidade mostrando sua origem Cariri. Fonte: Oliveira (2021: 71). Adaptado.

Um movimento divulgado por grupos em redes sociais e em sites na internet, que surgiu mais recentemente, intitula-se “Retomada Kariri”. Por meio de videodocumentários, palestras e encontros, busca-se resgatar a memória e preservar a identidade étnica dos povos Kariri espalhados pela região Nordeste do Brasil. Um desses sites denomina-se “Retomada Kariri – retomada ancestral dos povos da nação Kariri”, no qual é possível visualizar vídeos sobre os povos Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri, além de discussões e reuniões realizadas em torno dessa temática.

A memória indígena persiste e se manifesta mesmo em elementos não indígenas, pois, nas rotas turísticas da região, é comum encontrar estabelecimentos comerciais, hotéis e placas indicativas mencionando o termo “Terra dos Kariris”:

O ato de nomear lugares antes de tudo é um exercício de poder, este é um elemento plausível para compreender as lutas não só pelo espaço de sobrevivência material entre nativos e colonos, como também pela sobrevivência de memórias (OLIVEIRA, 2017: 246).

CULTURA MATERIAL, CRONOLOGIA E OCUPAÇÃO HUMANA

As pesquisas arqueológicas na região (Sul do Ceará e em Salgueiro-PE) são recentes, iniciando-se no final do século XX, com intensificação nas duas últimas décadas, impulsionadas pelas obras de infraestrutura e pelos estudos de licenciamento ambiental (tais como a Transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina). Destarte, apenas nos últimos anos foi possível a aquisição de marcos cronológicos a partir de métodos de datações absolutas e relativas, permitindo uma periodização preliminar da cultura material nos sítios arqueológicos, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2: Sítios arqueológicos dos municípios do sul do Ceará e de Salgueiro (PE) com datações arqueológicas.

Sítio arqueológico	Tipo	Município	Datação	Observações sobre as datações efetuadas	Fonte
Queimadas I	Histórico	Abaiara	1880-1900 AD	Pelo método gráfico da barra cronológica	Symanski, 2008
Baixa Dantas	Histórico	Abaiara	1830-1840 AD	Pelo método gráfico da barra cronológica	Symanski, 2008
Joaquim Chicote	Líto-cerâmico Tupi	Abaiara	630±120 AP	“Datação de cerâmica coletada na Unidade de Escavação 2 (30-40cm)” (Termoluminescência LVD-1941 Realizada em 2008)	Zanettini, 2008: 67-68
Anauá	Líto-cerâmico Tupi	Mauriti	640±40 AP	“Carvão de nível inferior sem cerâmica” (Beta-233908)	Machado, 2010
Serrote da Nascença	Líto-cerâmico Tupi	Brejo Santo	1220± 30 AP	“Estrutura de combustão” (Beta-537431)	Santos, 2020: 206
Baixio dos Lopes	Líto-cerâmico Tupi	Brejo Santo	1020± 40 AP	“Amostra de carvão coletada na estrutura de fogueira” (Beta-241015)	Zanettini, 2008: 93-94
			1260± 50 AP	“Amostra de carvão coletada	

				na estrutura de fogueira” (Beta-241016)	
			720±30 AP	“Dois dentes do mesmo indivíduo”, “carbonato no esmalte dental” Técnica EMA (Beta-447236)	Solari et al., 2022
Antônio Gomes	Líto-cerâmico	Brejo Santo	1320 ± 30 AP	“Amostra de carvão oriunda da sondagem 4, fogueira 5”(convencional - Beta-537431)	Souza, 2020: 202
Baixio dos Caboclos	Líto-cerâmico Tupi	Abaiara	1530± 50 AP	“Carvão a 40 cm de profundidade” (Beta-241018)	Zanettini, 2008, 42-45
Caboclinho	Líto-cerâmico	Mauriti	1830±30 AP	“Estrutura de fogueira” (Beta-537432)	Souza, 2020: 202
Baixa do Jardim	Líto-cerâmico	Jati	2150±30 AP	“Corresponde à fogueira 3” (Beta-537430)	Souza, 2020: 206
São Bento/Lagoa Encantada	Líto-cerâmico Tupi	Crato	2240 ±30 AP	“Estrutura de combustão” (Beta-543097)	Queirós, 2021: 43
Lage	Lítico	Abaiara	2620±40 AP	“Estrutura de fogueira intacta” (Beta-236599)	Zanettini, 2008: 55-58
Olho d’Água de Santa Bárbara	Pinturas rupestres	Nova Olinda	540±30 AP	Carvão vegetal associado a placas de arenito com pigmento de tinta ocre caída do teto (Beta-374170)	Limaverde, 2015: 337
			1170±30 AP	Sedimento com pigmento denso ocre vermelho (Beta-374171)	Limaverde, 2015: 337
			3190±30 AP	“Carvão vegetal (coletado em estrutura de Beta-374937)	Limaverde, 2015: 338
Lagoa do Uri de Cima	Lítico	Salgueiro-PE	3950±350 AP	LOE (MAP-251/12)	Lourdeau; Pagli, 2013: 103
			8000±570 AP	LOE (MAP-252/12)	Lourdeau; Pagli, 2013: 104
			13700±430 AP	LOE (MAP-25/12)	Lourdeau; Pagli, 2013: 104

Fontes: Solari et al. (2022); Queirós (2021); Santos (2020); Souza (2020); Limaverde (2015); Loudeau e Pagli (2013); Machado (2010); Symanski (2008); Zanettini (2008).

Apesar de ainda incipientes, as pesquisas regionais suscitam dados relevantes sobre a ocupação humana na região. Com base nas informações do Recenseamento da população do Império do Brasil, de 1872, é possível observar indícios de continuidade de ocupação por grupos humanos desde pelo menos 2.620 ± 40 anos AP na microrregião de Brejo Santo, podendo, contudo, remontar a períodos mais antigos, se considerarmos os estilos e tradições de arte rupestre presentes, bem como os sítios líticos da região circundante (BRASIL, 1876; LOURDEAU e PAGLI, 2013; LIMAVERDE, 2015). Nessa perspectiva, teríamos povos de línguas não conhecidas, aparentemente sucedidos por grupos de línguas Tupi e, posteriormente, por falantes de línguas Jê.

Para o período posterior ao século XVI, a documentação histórica aponta apenas a presença de populações de línguas Jê e de línguas pouco utilizadas, que passaram por um intenso processo de “apagamento histórico”, chegando até os dias atuais como movimento de resistência de pessoas que se autodenominam Cariri (NOBRE, 2013; RODRIGUES, 2019; OLIVEIRA, 2021). Essa diferença entre as descobertas da cultura material de povos indígenas no Nordeste brasileiro e a ausência de registros na documentação histórica é mencionada por Medeiros (2002: 206):

Essa grande diversidade que aparece nas descobertas realizadas com o avanço dos estudos da arqueologia pré-histórica não coincide com a visão ideologicamente dominante na História do Brasil, que vem, desde o período colonial, tentando apagar essa diversidade, porém, no caso específico dos povos indígenas do sertão nordestino no momento da conquista, existe uma grande lacuna, **pela própria escassez de fontes, devido ao fato de que muitos destes povos foram exterminados sem que houvesse nenhum registro escrito de sua existência.** Por outro lado, as fontes nas quais os estudos sobre estes povos se basearam não foram devidamente criticadas e as classificações até então realizadas deixam de fora um número incalculável de povos. Nesse sentido, as informações que podem ser fornecidas sobre a cultura material destes povos e sobre o processo de contato com os colonizadores, pela arqueologia histórica e pré-histórica, são de extrema importância (grifo nosso).

Destarte, baseados nas datações absolutas e relativas, bem como nos documentos históricos, podemos dividir os vestígios materiais em três intervalos cronológicos, visando compreender de forma mais precisa a dinâmica do processo de ocupação regional. A seguir, apresentam-se os intervalos cronológicos 1, 2 e 3:

Intervalo 1: Populações caçadoras-coletoras – anterior à 2000 AP

A cultura material evidenciada nos sítios Lage e Baixa do Jardim foi caracterizada como pertencente a uma indústria lítica típica de povos caçadores-coletores (ZANETTINI, 2008), sendo datadas de 2.620 ± 40 anos AP e 2.150 ± 30 anos AP, respectivamente. Contudo, não parecem ser os períodos mais recuados de ocupação dessa região, tendo em vista que existem outros sítios com datas

mais antigas nas proximidades e que, por volta de dois mil anos atrás, se inicia o processo de ocupação por povos agricultores ceramistas.

As datações arqueológicas obtidas em escavações nas proximidades da microrregião de Brejo Santo indicam ocupações bem mais antigas que dois mil anos, por grupos que utilizavam exclusivamente indústrias líticas. Embora não tenha identificado vestígios líticos associados, Limaverde (2015) obteve no sítio arqueológico Olho d'Água de Santa Bárbara uma datação de 3.190 ± 30 anos AP. De modo semelhante, no sítio arqueológico e paleontológico Lagoa Uri de Cima foi datada uma indústria no intervalo cronológico de 3.950 ± 350 anos AP a 13.700 ± 430 anos AP (LOURDEAU e PAGLI, 2013).

Portanto, até o momento, as pesquisas têm revelado que, para períodos anteriores a 2.000 anos AP, preponderam apenas sítios com arte rupestre e sítios líticos. Em relação aos sítios de arte rupestre da microrregião de Brejo Santo — um localizado no município de Brejo Santo, denominado Cacimbinha, e três situados no município de Milagres, intitulados Letreiro Encantado, Capim e Nazaré —, observa-se a mesma preferência quanto à dimensão técnica, destacando-se o uso de suportes rochosos areníticos e registros pintados na cor vermelha.

No que se refere às temáticas representadas, observa-se a ausência de figuras naturalistas (humanas, animais ou vegetais), predominando registros pintados de grafismos abstratos compostos por traços lineares recorrentes, composições geométricas fechadas (retangulares) e abertas (em formato estrelado). Embora essas semelhanças se repitam e alguns desses sítios estejam próximos entre si, não é possível afirmar que tenham sido produzidos pelo mesmo grupo (OLIVEIRA, 2021).

Já em relação aos sítios líticos, tanto na microrregião de Brejo Santo quanto em seu entorno, foram identificados artefatos confeccionados em matérias-primas como arenito silicificado, sílex, quartzo, calcedônia e quartzito. Predominam artefatos expedientes — especialmente lascas unipolares com ou sem retoques —, além de núcleos e artefatos brutos (ZANETTINI, 2008; INAPAS, 2017; SANTOS, 2020; SOUZA, 2020).

Deve-se destacar que, em relação a esse contexto mais antigo, ainda são poucos os sítios identificados e estudados de forma aprofundada; portanto, o quadro aqui apresentado deve ser considerado provisório.

Intervalo 2: Populações ceramistas Tupi – entre 2240 e 630 AP

Nesse intervalo cronológico, os artefatos cerâmicos passam a aparecer associados aos artefatos líticos, incluindo adornos como tembetás. A datação mais antiga — 2620 ± 30 AP — foi obtida no sítio São Bento/Lagoa Encantada, a partir de amostras de carvão provenientes de uma fogueira estruturada.

Tal evidência sugere uma ocupação Tupi antiga, reforçada pela presença de fragmentos cerâmicos no mesmo contexto da fogueira.

Embora se trate de uma datação expressiva, ela não está isolada. Há uma datação aproximada de 1530 ± 50 AP, registrada no sítio Baixio dos Caboclos, também obtida a partir de carvões de uma fogueira estruturada, além de outra, de 1320 ± 30 AP, proveniente do sítio Antônio Gomes, cujos carvões foram identificados em uma fogueira estruturada a 60 cm de profundidade. Esta última evidência levou à hipótese de uma ocupação contínua, caracterizada por vestígios líticos e cerâmicos distribuídos desde a superfície até cerca de 50 cm de profundidade, sugerindo possíveis reocupações ao longo do tempo. De acordo com Souza (2020), trata-se, portanto, de uma única ocupação.

Por fim, outras datações — 1260 ± 50 AP, 1220 ± 30 BP, 1020 ± 40 AP e 630 ± 120 AP —, provenientes dos sítios Baixio dos Lopes e Serrote da Nascença, indicam contextos arqueológicos nos quais vestígios líticos e cerâmicos aparecem associados a populações Tupi, reforçando a longevidade e a complexidade das ocupações nessa região.

Nesse sentido, em relação às datações dos artefatos cerâmicos vinculadas a populações Tupi, o pesquisador Ângelo Corrêa defende a hipótese de uma “ocupação antiga” na região, ou seja, de que parte desses artefatos pertenceria a uma “ocupação mais antiga”, Proto-Tupinambá:

A região formada pelo sul do Ceará, centro e sul do Rio Grande do Norte, Paraíba e norte do estado de Pernambuco reúne um grande número de sítios que combinam elementos emblemáticos do conjunto Tupi norte-oriental e Tupinambá, **portanto Proto-Tupinambá**, sendo aqui tratada como centro regional nordeste (Quadro 10). A ocupação nesta região parece ter se dado por movimentos de curta distância garantindo uma ocupação relativamente densa, sobretudo se considerarmos que é uma região semiárida, e talvez por isso os sítios estejam preponderantemente localizados nas serras, chapadas e suas encostas, nichos ecológicos com maior disponibilidade hídrica. (CORRÊA, 2014: 257-258, grifo nosso).

As pesquisas arqueológicas realizadas na microrregião até o presente indicam a vinculação dos vestígios cerâmicos desse intervalo cronológico a populações Tupi. Desse modo, ao analisarmos os dados referentes a esses dois intervalos cronológicos, considerando apenas a microrregião de Brejo Santo, no sentido da persistência tecnológica, verifica-se um período superior a dois mil anos (2620 ± 30 AP a 630 ± 120 AP) com a elaboração de artefatos líticos, e cerca de 900 anos (1530 ± 50 AP a 630 ± 120 AP) com a produção de artefatos cerâmicos.

Os vestígios arqueológicos identificados em pesquisas acadêmicas e preventivas realizadas desde o século XIX, tanto na faixa litorânea quanto no interior do Nordeste brasileiro, indicam

alternâncias cronológicas nas ocupações pretéritas desses espaços por grupos indígenas distintos, tanto no período colonial quanto no pré-colonial.

Cabe destacar que vestígios culturais atribuídos a populações Tupi no período pré-colonial, por exemplo, são recorrentemente encontrados em regiões reconhecidas, historicamente, como áreas de ocupação de povos Jê durante o período colonial (CORRÊA, 2014; OLIVEIRA, 2000; ETCHEVARNE, 1992).

Intervalo 3: Populações indígenas e não indígenas – do século XVI até o presente

As cronologias relativas aos artefatos com características do período histórico (Grupo 1), também baseadas exclusivamente na cultura material identificada em escavações arqueológicas nos sítios da microrregião de Brejo Santo, indicam ocupações humanas a partir do século XIX. Symanski (2008), ao analisar louças (faiança fina), vidros, metais e cerâmica local-regional provenientes dos sítios arqueológicos Baixa Dantas — ocupado entre 1830 e 1840 — e Queimadas I — ocupado entre 1880 e 1900 —, ambos localizados no município de Abaiara, identificou evidências que corroboram essa cronologia.

No que se refere a essas “possíveis dificuldades” de ocupação não indígena no Vale do Jaguaribe, Araripe (1867: 65) destaca que a concessão de sesmarias no Ceará só ocorre a partir de 1663, mencionando que, em 1688, foi concedida uma sesmaria de dez léguas de comprimento no rio Jaguaribe “ao coronel Francisco Dias d’Ávila e mais quatro sócios, cujas margens, dizem os requerentes, estavam muito povoadas do gentio bárbaro e ninguém se atrevia a provar, propondo-se eles a reduzir o mesmo gentio”.

Com relação a essa possível ocupação tardia dos municípios da microrregião de Brejo Santo, cabe ressaltar um detalhe temporal observado nesta pesquisa durante a elaboração do mapa etno-histórico da microrregião e, em maior escala, do mapa etno-histórico do sul do Ceará, que abrange outras áreas do Cariri. As menções bibliográficas mais antigas referentes aos grupos indígenas na região remontam ao ano de 1702, quando é registrada a presença dos indígenas Icó no rio Salgado, próximos à ribeira do Jaguaribe. Em 1727, são mencionados os Jucá no rio Jucá; em 1741, os Cariú, localizados no rio dos Bastiões e no rio Cariú; e, no mesmo ano, os Calabaça, Cariri e Icozinho, no rio Salgado. Portanto, todas essas referências bibliográficas situam-se no século XVIII e, especialmente, nenhum desses grupos indígenas foi identificado especificamente — ao menos nas fontes etno-históricas consultadas — nos territórios correspondentes aos atuais municípios da microrregião de Brejo Santo.

Por outro lado, as menções relativas especificamente aos grupos indígenas na microrregião de Brejo Santo referem-se apenas aos Chocó (em 1839) e aos Quipipau (em 1842), ambos registrados no Riacho dos Porcos. Essas informações, datadas do século XIX, revelam uma diferença superior a cem anos em relação às referências bibliográficas dos grupos indígenas mencionados nos demais cursos d’água do Cariri cearense, bem como naqueles situados nas proximidades da ribeira do Icó.

Um aspecto desse processo histórico de ocupação colonial talvez explique, ainda que hipoteticamente, a diferenciação temporal observada nos registros documentais. Essa hipótese se apoia no formato da administração portuguesa no século XVIII, quando, a partir da reforma pombalina, os missionários jesuítas foram expulsos dos aldeamentos indígenas, e o território passou a ser reorganizado em vilas subordinadas a apenas quatro ribeiras no Ceará: Ribeira do Ceará, Ribeira do Acaraú, Ribeira do Jaguaribe e Ribeira do Icó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado possibilita uma reflexão aplicável a diversas regiões do país, evidenciando a importância de se observar atentamente a relação entre os contextos arqueológicos e a documentação escrita. Isso porque a cultura material identificada nos sítios arqueológicos nem sempre corresponde diretamente às populações mencionadas nos documentos coloniais e imperiais. É fundamental, portanto, evitar interpretações extremas, como a suposição de que a classificação da cultura material esteja incorreta ou de que os vestígios arqueológicos devam, necessariamente, estar vinculados aos povos registrados nas fontes históricas.

Observa-se uma diversidade de grupos indígenas historicamente identificados sob a designação genérica de Tapuia. Embora a região seja tradicionalmente associada aos indígenas Cariri, pesquisas arqueológicas mais recentes vêm revelando a presença de cultura material atribuída a populações Tupi, o que indica ocupações anteriores à colonização portuguesa. A análise conjunta dos contextos arqueológicos e dos registros escritos na microrregião de Brejo Santo aponta para uma ocupação pré-colonial complexa. As evidências cerâmicas associadas a populações Tupi sugerem uma presença expressiva anterior à chegada dos colonizadores, conforme demonstram as datações arqueológicas obtidas no município de Abaiara, com registros de ocupação entre 1530±50 AP, no sítio Baixio dos Caboclos, e 630±120 AP, no sítio Joaquim Chicote.

Contudo, ao longo dos séculos XVII e XVIII, os documentos históricos referem-se majoritariamente à presença de povos Jê, sem menção significativa a populações Tupi. Esse contraste sugere dinâmicas territoriais mais amplas, possivelmente resultantes de processos migratórios,

conflitos ou transformações socioculturais. Segundo Prezina (1997), áreas tradicionalmente ocupadas por grupos Jê podem ter sido alvo de incursões de falantes de Tupi, que, embora tenham exercido influência sobre essas regiões, não alteraram por completo sua composição populacional. Francisco Noelli (comunicação pessoal) propõe que teria ocorrido uma descontinuidade no processo histórico dos Tupi, ocasionada por um colapso demográfico que possibilitou a ocupação da área por povos não Tupi. Essa hipótese levanta questões relevantes sobre a dinâmica das fronteiras culturais e os fatores que contribuíram para a extinção precoce das populações de língua Tupi na região, ao mesmo tempo em que favoreceram a permanência dos povos Jê.

A necessidade de aprofundamento das pesquisas arqueológicas na microrregião de Brejo Santo é inegável, especialmente diante do hiato de informações entre as ocupações Tupi e os registros escritos. As datações mais recentes indicam a presença de populações Tupi na região até o século XIV, enquanto os primeiros relatos históricos surgem apenas no século XVII, revelando um intervalo de aproximadamente duzentos anos sem documentação sobre essas populações.

Os dados disponíveis apontam para ocupações de longa duração, embora persistam lacunas quanto à continuidade demográfica dos grupos Tupi e aos eventos que possam ter interrompido sua permanência na região. Fatores como migrações, conflitos e transformações socioculturais podem ter desempenhado papel decisivo nesse processo. Investigações mais detalhadas poderão oferecer respostas mais precisas acerca das dinâmicas dessas ocupações e dos mecanismos que levaram à reorganização populacional nos períodos pré-colonial e colonial. O avanço das pesquisas arqueológicas, aliado à análise interdisciplinar de fontes históricas, etnográficas e linguísticas, será essencial para reconstruir com maior precisão essa parte ainda pouco compreendida da história indígena regional.

Assim, a história dos grupos indígenas da Bacia Sedimentar do Araripe permanece em processo de reescrita, e futuras pesquisas poderão trazer evidências mais consistentes para responder a esses questionamentos. O diálogo entre arqueologia e antropologia será crucial para confirmar ou refutar as hipóteses derivadas das fontes primárias e secundárias sobre as origens dos Cariris no sul do Ceará, ampliando a compreensão dos processos históricos que moldaram essa região.

REFERÊNCIAS CITADAS

- ABREU, C. 1998. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.
- ADELCO. 2022. *Povos indígenas*. Ceará: Adelco/Esplar. Disponível em: <https://adelco.org.br/povosindigenas>. Acesso em: 31 out. 2020.
- ALBUQUERQUE, M. C. 2002. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza.
- ALVES, J. 1945. “O vale do Cariri”. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, Fortaleza.
- ARARIPE, T. de A. 1867. *História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Typographia do Jornal no Recife.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. 1873-1876. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger. Vol. 3: Ceará, Santa Catharina, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Matto Grosso.
- CARDIM, F. 1925. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia.
- CORRÊA, A. A. 2014. *Pindorama de Mboia e Iakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo.
- CORRÊA, Â. A. 2013. “Longue durée: história indígena e arqueologia”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 26-29. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011. Acesso em: 06 jun. 2020.
- DIÁRIO DO NORDESTE. 2008. “Índios Kariri lutam por reconhecimento da tribo”. *Diário do Nordeste*, 05 set. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/indios-kariri-lutam-por-reconhecimento-da-tribo-1.127736>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- ETCHEVARNE, C. 1992. “Sítios dunares do Sub-Médio São Francisco, Bahia, Brasil”. *Journal de la Société des Américanistes*, vol. LXXVIII-I, p. 57-71.
- FIGUEIREDO JÚNIOR, J. B. da C. 1863. *Relatório do Presidente da Província do Ceará*. APEC, pp. 19-20.
- FONSECA, J. G. da. 1766. *Carta topográfica [...] do Governo de Pernambuco*. Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, 4586-3-38-52.
- GIRÃO, R. 1987. “O Ceará Pré-histórico”. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo Especial, p. 9-30. Fortaleza: Instituto do Ceará.
- HERCKMAN, E. 1886. “Descrição geral da Capitania da Parahyba”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, tomo V, n. 31. Recife: Typographia Industrial.
- INAPAS – Instituto Nacional de Arqueologia e Paleontologia do Semiárido. 2017. *Relatório técnico: atividades de prospecção, resgate e acompanhamento arqueológico e paleontológico na área de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional*, v. 1.

- JUCÁ NETO, C. R.; ANDRADE, M. J. F. S.; PONTES, A. F. A. 2014. “Fixação da Igreja no território cearense durante o século XVIII: algumas notas”. *Urbanização em territórios luso-brasileiros, Paranoá*, v. 7, n. 13, p. 27-36.
- LEITE NETO, J. 2006. *Índios e terras do Ceará: 1850-1880*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife.
- LIMAVERDE, R. 2015. *Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, CE, Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- LOURDEAU, A.; PAGLI, M. 2013. “Caracterização tecnológica da indústria lítica do sítio arqueológico Lagoa Uri de Cima”. *FUMDHAMentos*, vol. X, p. 100-129.
- MACHADO, D. L. 2010. *Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antônio e Olho D'Água do Pau, Mauriti – Ceará*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MAIA, L. de O. 2014. “Povos indígenas no crepúsculo setecentista na Capitania do Ceará: ‘invisibilidade’, agência indígena e reelaboração cultural”. *Mneme*, Caicó, v. 15, n. 35, p. 111-136.
- MAMIANI, L. V. 1699. *Arte de grammatica da lingua brasílica da naçam Kiriri*. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes Impreffor de Sua Mag.
- MEDEIROS, R. P. 2002. “História dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: problemas, metodologia e fontes”. *Clio Arqueológica*, v. 1, n. 15, p. 205-233.
- MELO, J. P. P. 2017. *Índios Cariri, identidade e direitos no século XXI*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- MENEZES, L. B. A. 1897. “Memoria sobre a Capitania independente do Ceará Grande”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, v. 21.
- NANTES, M. 1979. *Relação de uma missão no Rio São Francisco. Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes*. Instituto Nacional do Livro, Coleção Brasileira, v. 368.
- NIMUENDAJU, C. 1944. “A habitação dos Timbira”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 8, p. 76-101.
- NIMUENDAJU, C. 1981. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória.
- NOBRE, J. N. de S. 2013. *Memória social e espacialidade de grupos ceramistas em Trairi, CE*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- OLIVEIRA, A. J. de. 2017. *Os Kariri: resistências à ocupação dos Sertões dos Cariris Novos no século XVIII*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- OLIVEIRA, C. A. 2000. *Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no Sudeste do Piauí*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, D. L. de. 2021. *As ocupações humanas na microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, Brasil: dados arqueológicos e etno-históricos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- OLIVEIRA, J. P. de. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Editora Contracapa.
- PINHEIRO, I. 2010. *Efêmerides do Cariri*. Fortaleza: Secult/Edições URCA.

- POMPEU SOBRINHO, T. 1947. *Sistema de parentesco dos índios cariris (Estudos Históricos)*. Fortaleza: Instituto do Ceará.
- POMPEU SOBRINHO, T. 1950. “As origens dos índios Cariris”. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXIV.
- PUNTONI, P. 2000. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- PREZIA, B. A. G. 1997. *Os indígenas do Planalto Paulista: etnônimos e grupos indígenas nos relatos dos viajantes, cronistas e missionários dos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- QUEIRÓS, A. 2021. *Relatório final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Cinturão das Águas do Ceará (CAC), Fase III – Monitoramento, resgate arqueológico e educação patrimonial*.
- RIBEIRO, E. R. 2002. “O marcador de posse alienável em Karirí: um morfema Macro-Jê revisitado”. *Liames*, v. 2, p. 29-46.
- RODRIGUES, A. D. 2019. “Karirí como família linguística Macro-Jê no Nordeste do Brasil”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 11, n. 1, p. 47-52.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. de. 1845. *Dicionário geographico, historico e descriptivo, do Império do Brasil*, Tomo I. Paris: J. P. Aillaud.
- SANTOS, H. B. 2020. *Relatório final do programa de gestão do patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE*. Processo IPHAN nº 01496.000049/2018-38.
- SILVA, I. B. P. da. 2003. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o diretório pombalino*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SOLARI, A. et al. 2022. “Os remanescentes humanos das urnas funerárias tupi-guarani no sítio Baixio dos Lopes, Brejo Santo-CE (720±30AP)”. *Clio Arqueológica*, v. 37, n. 1, p. 45-69.
- SOUZA, L. J. N. 2020. *A ocupação humana na porção oriental da bacia sedimentar do Araripe, Cariri cearense: um estudo geoarqueológico dos sítios Baixa do Jardim, Antônio Gomes e Caboclinho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SRHE (Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará). 2010. *Bacia hidrográfica do Rio Salgado*. 2ª ed. [S.l.: s.n.].
- STUDART FILHO, C. 1931. “Notas históricas sobre os indígenas cearenses”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*.
- STUDART FILHO, C. 1962. “Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra: a guerra dos bárbaros”. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo 73/75.
- STUDART FILHO, C. 1965. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú – Coleção Nicolai. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:studart-1965-aborigines>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- SYMANSKI, L. C. P. 2008. “Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos”. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 73-96.
- THEBERGE, P. 1861. *Carta chorographica da província do Ceará*. [S.l.: s.n.].
- THEBERGE, P. 1864. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. [S.l.: s.n.].

ZANETTINI, P. E. 2008. *Programa de resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural: Ferrovia Transnordestina, trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE)*. Relatório final, v. 1.